

## **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CCDR-N NO WORKSHOP “TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE – OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO”, AUDITÓRIO MUNICIPAL DE FOZ CÔA, 15 DE MAIO DE 2008**

Quero começar por saudar o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Prof. Doutor Rui Nuno Baleiras, por ter tomado a iniciativa de realizar em Foz Côa esta sessão. Saúdo também o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Foz Côa, Dr. Emílio Mesquita, nosso anfitrião. Foz Côa tornou-se, em Portugal, um emblema de cultura e património e da sua defesa. Para horror e estranheza de muitos puristas, a cultura extravasa hoje as esferas da sua influência tradicional – da instrução, do gosto e da estética – para invadir e conquistar os campos da economia. Há economias locais competitivas, em todo o mundo, bem nossas conhecidas, inseridas em territórios rurais e geograficamente periféricos, assentes na organização, valorização económica e promoção do seu capital simbólico e dos seus recursos históricos, monumentais ou vernaculares. Foz Côa é um repto à nossa capacidade de empreender o desenvolvimento local e regional – e, designadamente, de criar riqueza e fixar população e iniciativa no território –, através desse imenso campo distintivo do simbólico, do imaginário e do histórico.

O convite que me foi formulado tem uma motivação que procurarei interpretar: o de enunciar – a partir de experiências recentes de desenvolvimento regional em territórios de baixa densidade – alguns princípios e prioridades que, na minha opinião, deveremos considerar na concepção e na aplicação dos “Programas de Valorização económica de Recursos Endógenos” (PROVERE), iniciativa que conhece agora a sua formulação mais acabada no âmbito da figura das “Estratégias de Eficiência Colectiva”. Inspiro-me em três exemplos: a “Rota do Românico do Vale do Sousa” (que, poderá dizer-se, se situa num espaço de transição entre os territórios de “elevada” e de “baixa” densidade), a “Rota da Terra Fria” e as “Aldeias Vinhateiras do Douro”.

Promovido pela Associação de Municípios do Vale do Sousa, em parceria com a CCDR-N, a ex. Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, IGESPAR, o Instituto de Turismo de Portugal, a ADETURN, a Igreja e um conjunto de particulares proprietários de monumentos, a Rota do Românico do Vale do Sousa, define-se como um instrumento territorial de organização de um conjunto pertinente de vinte e um recursos temáticos específicos e muito distintivos: os monumentos, de uma rede de actores institucionais e de um plano de acção comum e partilhado, com objectivos de desenvolvimento

regional integrados. A saber: 1) salvaguarda e recuperação de património e arte românicos relevantes; 2) ordenamento e valorização do território envolvente; 3) dinamização social e económica de actores e iniciativas de forma integrada; 4) criação e promoção de um novo produto turístico cultural, singular, organizado em rede e de efeitos “cinéuticos”, com potenciais ligações ao “touring” no noroeste peninsular.

Ainda à semelhança do que se preconiza nos PROVER, a Rota do Românico do Vale do Sousa tem por base um estudo para definição estratégica e um plano de acção, elaborado por uma entidade externa especializada, a que se juntou um contracto – programa, um plano de financiamento, um modelo de gestão e um programa de formação para a dinamização e promoção da Rota.

Este exemplo afigura-se-me ainda mais inspirador quando constitui para o Vale do Sousa – sub-região algo incaracterística na percepção comum exterior – um mecanismo de criação ou reforço de uma “identidade” territorial, decisiva para imergência de dinâmicas colectivas. Na “Rota do Românico”, o Vale do Sousa encontra uma oportunidade para superar o défice de identidade que lhe toldou durante muito tempo uma “imagem de marca” colectiva.

Na Rota da Terra Fria temos algo de semelhante, embora num contexto territorial muito diferente com uma abordagem temática algo original: quatro concelhos do nordeste transmontano: Bragança, Miranda, Vimioso e Vinhais, através da respectiva associação de municípios, lançam uma iniciativa e uma marca que consideram estruturante para o seu desenvolvimento comum. Fazem-no com base na organização, qualificação e promoção dos recursos endógenos e mais marcantes daquele território, numa dupla óptica: a preservação de ecossistemas únicos do nordeste transmontano e do seu património cultural singular e a sua valorização económica integrada através de uma nova, moderna e diferenciada oferta turística e do lançamento de uma “marca de família”, federadora de produtos, agentes e iniciativas.

Como na Rota do Românico, a Rota da Terra Fria parece ter o efeito de anulamento da tradicional dicotomia entre políticas de coesão e de competitividade.

No caso da Terra Fria, a áreas e paisagens culturais protegidas – Parque Natural de Montesinho, Parque Natural do Douro Internacional e vários locais da rede “Natura 2000” –, as suas referências rurais mais autênticas (Rio de Onor, Quintanilha, Avelanoso, Constantim, Zoio), o seu património histórico, a sua cultura popular e simbólica (ligada à mitologia e ao imaginário pagão, bem como à religiosidade judaico-cristã) fornecem uma identidade cultural e um conjunto de recursos locais que careciam de uma qualificação e infra-estruturação, mas também de uma dinâmica federativa de parceiros e de activos, de

uma organização narrativa e promocional, de uma gestão de marca que os venha a constituir num produto competitivo a uma determinada escala.

No terceiro e último exemplo desta possível genealogia dos PROVERE o das Aldeias Vinhateiras do Douro – assistimos à prossecução do mesmo objectivo estratégico: seis aglomerados históricos e rurais do Douro Vinhateiro (Barcos, Favaios, Provesende, Salzedas, Ucanha e Trevões), em declínio populacional e económico muito acelerado, mas dotados de recursos patrimoniais, históricos e paisagísticos assinaláveis, encontram na sua constituição como que um subproduto turístico do Douro, uma dinâmica social e económica de renovação, que não se esgota nas intervenções da sua reabilitação infra-estrutural e patrimonial.

Neste, como noutros casos, é uma “eficiência colectiva” que se procura desenvolver, assentes em três pilares indispensáveis: identidade e recursos pré-existentes; estratégia clara de desenvolvimento regional e valorização económica que preconize um posicionamento, uma diferenciação temática adequada, um plano de acção consistente e uma capacidade organizativa na gestão e mobilização de activos, recursos, parceiros ou aderentes.

Não partimos do zero, nem o desenvolvimento regional está condenado uma espécie de eterno retorno. A iniciativa dos PROVERE encontra, na Região do Norte e no país um terreno fecundo para a sua adopção.

Permito-me sublinhar que os territórios de baixa densidade (escassez de recursos empresariais, de capital humano, de capital relacional, de população e de dimensão externa – como são definidos no programa PROVERE) dependem cada vez mais de funções eminentemente urbanas desempenhadas pelas pequenas cidades dos municípios situados nesses espaços de baixa densidade. Qualquer política ou iniciativa que ignore este facto está votada ao fracasso.

As nossas vilas e pequenas cidades implantadas naqueles territórios fazem hoje a síntese entre o urbano e o rural, entre o campo e a cidade, entre a cidade e as serras.

Embora se possa encontrar a calma na tempestade – traço definidor do sábio ou apanágio da coragem – é mais provável encontrar aquela perto da natureza, em íntimo contacto com ela. Por isso, o seu chamamento e atracção será cada vez mais forte para as gerações futuras. Não quero com isto dizer que a natureza, os largos horizontes e o céu azul tenham um poder redentor exclusivo à semelhança do que acontece na obra - prima de Eça de Queiroz “A Cidade e as Serras”, em que o protagonista da

narrativa foi salvo do tédio mortal da cidade, Paris, neste caso, instalado na sua luxuosa casa, em pleno Champs-Élysées o nosso herói definhava, servido por todas as invenções e tecnologias do seu tempo.

Diferentemente, hoje é possível, nas nossas pequenas cidades, sem renunciar a nenhum fruto da nossa civilização técnica, conviver com os encantos e o romantismo oferecido pelas “Serras” do nosso Eça.

A tradicional oposição entre a Cidade e o Campo perdeu significado. A sociedade rural tende a ser uma parte da sociedade global com a qual partilha muitos problemas: a precariedade, o envelhecimento, a dissociação entre espaços de trabalho, de convívio e de sociabilidade.

O mundo ordenado pelos conceitos de distância e de proximidade é um mundo do passado. O problema não está hoje na dicotomia centro-periferia, nem tão pouco na relação entre espaços dominantes, dominados e dependentes, mas sim nos espaços esquecidos ou excluídos.

O programa PROVERE tem esse mérito inquestionável: recusa a existência de espaços esquecidos. É um bom ponto de partida.

Muito obrigado.

Carlos Lage

Foz Côa, 15 de Maio de 2008